

# **Fé versus “Ganância”: uma Reflexão sobre o Pensamento Econômico de Lutero e Suas Implicações para Igreja e Teologia no Brasil<sup>1</sup>**

**Ricardo W. Rieth**

## **I — A Fé e o Deus dos Cristãos, segundo Cacique Hatuey**

Em “Brevisima relación de la destrucción de las Indias”, Bartolomeu de Las Casas contou a história de Cacique Hatuey e sua gente. Estes tinham escapado aos trabalhos forçados impostos pelos conquistadores espanhóis na ilha Espanhola, migrando à vizinha ilha de Cuba. Em 1511/12, com a expansão colonial também àquela ilha, o grupo voltou a ser dominado pelos invasores. Hatuey foi preso, condenado e queimado por crime *lesae maiestatis*. Contudo, antes de ser aprisionado, deu um testemunho a seus companheiros, que por sua vez deveria levar as pessoas de um modo ou outro ligadas à tradição cristã na América Latina a uma profunda reflexão.

Hatuey pôs-se à frente dos seus com a intenção de descrever o senhor daqueles que os perseguiram, dominavam, oprimiam e matavam. Mostrou-lhes uma cesta com ouro e disse:

Aqui vedes seu senhor, a quem servem e querem muito e para o qual existem; para ter este senhor nos angustiam; por ele nos perseguem; por ele mataram nossos pais e irmãos e toda a nossa gente e nossos vizinhos, e nos privaram de todos os nossos bens, e por ele nos procuram e maltratam; e porque, como tendes ouvido, já querem passar para cá, e não pretendem outra coisa senão buscar esse senhor, e para buscá-lo e tirá-lo hão de se esforçar por nos perseguir e fatigar, como fizeram em nossa terra de antes. (...) Olhai, apesar de tudo o que disse, não guardemos este senhor dos cristãos em nenhuma parte porque, mesmo que o tenhamos nas tripas, no-lo hão de tirar; por isso, joguemo-lo neste rio, debaixo da água, e não saberão onde está.

Tempos depois, antes de ser executado, Hatuey rejeitou a oferta de batismo cristão por um capelão franciscano: seria insuportável a ele ir para o céu e permanecer definitivamente no lugar aonde vão os cristãos para viver junto de seu senhor<sup>2</sup>.

Além de Las Casas, muitos outros cronistas ficaram impressionados com a tremenda intensidade da ganância manifestada pelos invasores europeus vindos ao Novo Mundo nos séculos XV e XVI. Tal comportamento foi sem dúvida parcialmente fomentado pelo enorme potencial revelado por aquelas

descobertas de cunho geográfico. Ele, contudo, não representou sintoma de uma espécie de epidemia que acometia os europeus aqui chegados. Escritores contemporâneos a Las Casas, que pouco ou nada sabiam das ocorrências de além-mar e basicamente se ocupavam da crítica aos costumes no Velho Mundo, também chocaram-se com a emergência de extrema ganância em sua época. Lá era o enorme potencial liberado por novas relações na organização social da produção e circulação de mercadorias que formava um quadro favorável à sua maior manifestação.

Hatuey, mesmo com a simplicidade de suas palavras, deixou clara a existência de uma total inversão de valores nos âmbitos da fé e da espiritualidade. Como já dissemos acima, os cristãos deveriam refletir profundamente a respeito disso. Com a abordagem do embate entre fé e “ganância” no contexto do pensamento de Lutero e suas implicações para a Igreja e a teologia no âmbito do luteranismo brasileiro queremos trazer um pequeno subsídio a esta reflexão.

## II — Fé *versus* “Ganância”

Ponto de partida para a pesquisa científica do pensamento econômico de Lutero foram por via de regra seus escritos sobre a usura de 1519/20, 1524 e 1540. Não há dúvida de que por meio destes escritos é possível aprender muito a respeito das idéias econômicas do Reformador<sup>3</sup>. Esse procedimento, no entanto, traz certas limitações ao ângulo de observação do tema, principalmente no que se refere à abrangência do levantamento documental. Lutero externou suas opiniões sobre questões da economia também em tratados, sermões, traduções, preleções, prédicas, cartas, pareceres e conversas de mesa. Com a investigação do conceito de “ganância” queremos, então, investigar o pensamento econômico de Lutero dando maior atenção à sua obra como um todo, dando especial ênfase à sua oposição em relação à fé<sup>4</sup>.

Qual o significado de “ganância”? Lutero falou e escreveu, em alemão, a respeito de *geytz*; em latim, a respeito de *avaritia*. Levando em consideração o uso corrente de ambas as palavras no século XVI, podemos distinguir dois significados: o de “querer reter, manter para si, acumular” (ser avarento) e o de “querer ter mais” (ser ganancioso, exercer a cobiça). Ambos os significados estavam intrinsecamente ligados em *geytz* e *avaritia* — bem como nos respectivos correlatos — na época da Reforma. Como, porém, para Lutero o significado “querer ter mais” (ser ganancioso) está mais presente quando faz uso de *geytz* e *avaritia*, vamos falar aqui em “ganância”<sup>5</sup>.

Não só as diferenças no aspecto lingüístico, mas também os distintos e até opostos juízos de valor a respeito de “ganância” impedem que muitos hoje compreendam a idéia que Lutero tinha de “ganância”. Desde o século XVIII, a “ganância” — na economia política clássica, por exemplo, sob o nome de “interesse pessoal”, “egoísmo” — foi considerada elemento positivo

do comportamento humano, virtude do empreender econômico. Essa visão positiva de “ganância” poderia, até mesmo — em seus fundamentos —, estar presente na tradição filosófica da Antiguidade e da Idade Média, mas representava uma exceção. A “ganância” era vista, na verdade, como uma propriedade negativa do ser humano, como comportamento equivocado, irracional e injusto, como pecado e vício. Esta era a opinião predominante à época de Lutero.

Que motivou Lutero a refletir a respeito de “ganância”? Ele chegou à sua compreensão de “ganância” sobretudo pelo confronto com o texto bíblico. Para isso se ocupou com passagens do Antigo e Novo Testamento onde aparecem termos hebraicos e gregos específicos para designar “ganância”. Além disso, lidou com passagens que, para ele, fariam referência a certos comportamentos humanos, a relações entre pessoas e grupos, bem como a situações concretas, que fossem determinadas pela “ganância”. Lutero revisou de modo crítico e constante os conhecimentos originários dessa exegese, tratando de transmiti-los em seus escritos, prédicas, traduções e preleções. Encontrou as linhas hermenêuticas para a interpretação da maior parte das passagens sobre “ganância” especialmente no primeiro, sétimo e nono mandamentos, no sermão do monte (Mt 6.19-34) e nas afirmações presentes no Novo Testamento sobre a “ganância” como raiz do pecado (1 Tm 6.10) e idolatria (Ef 5.3 e 5; Cl 3.5).

Lutero assumiu, além disso, de maneira autônoma e crítica, muito da longa tradição de reflexão a respeito da “ganância”. É possível identificar em sua concepção principalmente pensamentos de padres da Igreja. De modo semelhante a eles, Lutero não chegou a montar um catálogo de vícios hierarquicamente estruturado no qual a “ganância” ocuparia uma determinada posição, sendo, então, relacionada com outros pecados — tal prática foi comum entre a maior parte dos escolásticos. Diferentemente, os catálogos de vícios presentes nos seus escritos são, em geral, citações do Novo Testamento.

Pelo trabalho intensivo com o texto bíblico Lutero chegou a uma radicalização da idéia de pecado. Para tal se apoiou na exegese da Igreja Antiga e na recém-adquirida concepção de justificação somente pela fé. Assim, “ganância” tornou-se para ele mais do que parte de uma listagem de comportamentos humanos errôneos. Ele considerou a “ganância”, a partir da compreensão bíblica e da Igreja Antiga, como uma grandeza que está diretamente ligada à relação entre Deus e as pessoas.

Lutero entendeu a “ganância” como uma mentalidade ou postura do ser humano contra Deus e contra o próximo. A partir deste ponto de vista, criticou a tradição escolástica, que classificava a “ganância” como pecado radical, mas não a identificava com o pecado original. Já para Lutero, o pecado original significava tanto quanto incredulidade. Com base em 1 Jo 2.16, ele identificou “ganância” com a concupiscência dos olhos, com a força e poder dentro da pessoa que a compelem à prática do mal. Além do rompimento com a escolástica, Lutero distanciou sua crítica à “ganância”

da crítica aos costumes presente em correntes pré-reformatórias e contemporâneas suas. Tais correntes contemporâneas estavam, em boa medida, vinculadas a setores do movimento humanista. Ele deixou claro que não queria por meio de sua reflexão promover uma moralização da vida pública com base em elementos do pensamento cristão. Queria, ao contrário, através de sua crítica à “ganância”, encontrar respostas a questões fundamentais do âmbito da teologia e da Igreja, que naturalmente estavam em ligação indissolúvel com o social e o econômico.

Para Lutero, a “ganância” era uma forma de pecado, que oculta a injustiça e a exploração do homem pelo homem sob uma fachada de boas obras e aparentes boas intenções. Ela se expande ininterruptamente. Desenvolve-se a partir da natureza egoísta das pessoas e assume dentro do contexto econômico sempre novas formas e estruturas. Por causa dessa característica de apresentar-se como virtude, seria muito difícil no fim das contas identificar a origem da “ganância” no mal e na tentação pelo mundo, pela carne e pelo diabo. Por isso, somente a lei de Deus pode reconhecer a “ganância” como pecado. A natureza humana tem condições no máximo de reconhecer as conseqüências do pecado. Daí Lutero querer sempre de novo analisar a conjuntura social e econômica em que estava inserido a fim de ver se o amor ao próximo estava sendo observado ou não. Isso porque tomou o amor ao próximo como princípio para o julgamento das mais diferentes atividades — política financeira, salarial, de preços, formação de monopólios, comércio exterior. Deste modo, queria desmascarar e denunciar situações de pecado.

Quem mais sofre as conseqüências da “ganância” são, segundo Lutero, os pobres. Ela faria com que os representantes do poder público se esforçassem pelos interesses dos poderosos e opressores. Ao final, ninguém estaria preocupado em combater a injustiça contra os pobres, a não ser Cristo e aqueles que verdadeiramente o seguem, ou seja, aqueles que acolhem a Lázaro em sua miséria.

Lutero viu na “ganância” um dos traços escatológicos de seu tempo. Em outras palavras, ela seria um claro sinal do fim do mundo. Utilizando-se das categorias “dilúvio”, “peste” e “possessão demoníaca”, ele ilustrou essa realidade na economia. Compreendeu a “ganância” na perspectiva da luta entre reino de Deus e reino de Satanás. Ela surgiria como instrumento do reino de Satanás para impedir que se pregue, ouça e viva o evangelho.

A “ganância” inverteria todos os valores, especialmente o valor inestimável da justiça. O exemplo clássico disso era para Lutero a Igreja papista, com sua inversão no âmbito da doutrina e dos sacramentos. A inversão dar-se-ia por meio de várias instituições: monasticismo, direito canônico, missa, indulgência e purgatório. O povo simples seria criminosamente explorado e escravizado pelo abuso do poder das chaves, pela piedade ensinada nas capelas de romaria e veneração de santos e relíquias promovidos por bispos e sacerdotes. Estas todas, juntamente com a posição de poderio econômico

onipresente da Igreja papista, seriam manifestações de uma instituição que considerava a “ganância” uma virtude.

A “ganância” assumiu um significado central no pensamento teológico de Lutero quando ele, por um lado, a igualou à incredulidade<sup>6</sup>. Compreendeu a incredulidade, neste contexto, em oposição à fé como confiança na ajuda de Deus. Por outro lado, também identificou a “ganância” com a idolatria ou culto às riquezas, em oposição à verdadeira adoração, ao verdadeiro culto a Deus. A “ganância” arruína os frutos da fé. Ela destrói as boas obras que brotam da fé e não podem ser separadas dela. Isso pode ser observado principalmente na relação das pessoas com os bens que possuem ou desejam possuir. A “ganância” destrói o princípio básico pelo qual deve ser determinada a postura para com os bens e o dinheiro na relação de cada um consigo mesmo e com os que o cercam. Esse princípio básico para o investimento dos bens e do dinheiro, por sua vez, é criado pela fé e moldado pelo amor ao próximo. Em consequência, a “ganância” para Lutero só poderia ser combatida a partir da fé.

Lutero não considerou nenhum estamento como mais ganancioso que os demais. Ele tentou, ao invés disso, identificar e reprovar a “ganância” nas funções exercidas por elementos de cada estamento. Identificou a presença da “ganância” em camponeses e na nobreza rural quando estes manipulavam os preços dos produtos agrícolas. Em burgueses e artesãos ele desmascarou a “ganância” no aumento abusivo dos preços de produtos manufaturados e da prestação de serviços, na usura para financiamento do setor produtivo e, acima de tudo, na ânsia de ascender na escala social através de abuso do poder econômico. Em nobres e burgueses com função burocrático-administrativa Lutero ressaltou a presença da “ganância” quando eles retinham recursos financeiros que os príncipes tinham destinado para o trabalho nas escolas e nas comunidades. Em senhores e príncipes denunciou a “ganância” em situações de abuso de poder, no interesse egoísta em apropriar-se de bens eclesiais secularizados e no fato de se deixarem subornar para, deste modo, tolerar e não combater a injustiça na economia. De forma generalizada, o Reformador condenou a “ganância” presente nos diferentes estamentos porque seus integrantes não prestavam o apoio financeiro necessário à pregação e ao ensino do evangelho nas comunidades e escolas, além de não honrarem seus compromissos frente às caixas de auxílio mútuo.

Com sua compreensão de “ganância” Lutero chegou a um modo realista de observar seu contexto social. Através dessa compreensão da profunda corrupção da natureza humana, ele tinha claro para si que é impossível concretizar o reino de Deus diretamente no econômico, na História. Pela mesma razão, não se pode de modo algum justificar, com base em Lutero, a idéia de que seja possível, a partir da prática de “ganância” e egoísmo uns para com os outros, chegar a um equilíbrio nas relações de força e poder, bem como nas possibilidades de realização do indivíduo no âmbito da economia.

Por outro lado, Lutero opôs a “ganância” à fé. Ele estava firmemente convencido de que a “ganância” só pode ser combatida a partir da fé. Por isso colocou sobre os fiéis na Igreja de Cristo a responsabilidade de assumirem as exigências presentes no evangelho quanto à progressiva instauração do reino de Deus e à prática da justiça, não as descaracterizando numa moralização ou fuga do mundo, mas levando-as a sério como orientação e instrução também para a transformação do econômico.

### III — Implicações para Teologia e Igreja

Para falar das implicações que o pensamento econômico de Lutero — especialmente a oposição entre fé e “ganância” estabelecida por ele — teria para as comunidades luteranas em sua vida, teologia e espiritualidade, precisamos antes de tudo tratar um pouco do contexto de onde vieram e do contexto no qual se implantaram essas comunidades a partir dos primórdios da imigração alemã no início do século XIX.

Os territórios alemães dos quais aqueles contingentes populacionais emigraram a partir de 1824 estavam marcados por fortes tensões sociais. A emigração, portanto, ia perfeitamente ao encontro dos interesses daqueles que de modo algum queriam que tais tensões sociais viessem a alterar as relações de poder e econômicas lá vigentes. Quem a princípio veio ao Brasil foram famílias de famintos, sem-terra, desempregados, para não falar nos delinquentes. Não que na Europa de então não houvesse para eles alimento, riqueza e terras suficientes. O problema era a distribuição extremamente desigual desses recursos. Isso tanto é verdade que 50 anos depois essas pessoas, já então aqui estabelecidas, seriam vistas como um mercado externo potencial para a exportação de produtos alemães. Os artigos de exportação, que eram um excedente de produção, eram vendidos àqueles que outrora deixaram o país por não terem acesso a eles, enquanto novos contingentes populacionais continuavam a emigrar.

Por outro lado, no Brasil, os imigrantes vieram preencher uma série de necessidades do Império e das oligarquias políticas no Rio Grande do Sul: — ocuparam o extremo sul do país, fortalecendo uma fronteira constantemente ameaçada a partir da América hispânica; — passaram a fornecer à cidade e aos quartéis os produtos que a pecuária, principal atividade econômica, não tinha condições de oferecer; — geraram uma classe média passível de ser mão-de-obra assalariada numa sociedade até então formada quase que somente por latifundiários e escravos; — dignificaram o trabalho, num país onde realizar atividade braçal significava tanto quanto perder a honra e a liberdade diante da sociedade; — branquearam parcialmente um Brasil que, no início do século XIX, era predominantemente negro e poderia a qualquer momento insurgir-se numa revolução da esmagadora e oprimida maioria negra contra a minoria branca, a exemplo do que ocorrera no Haiti, em 1804;

— promoveram a valorização fundiária de terras, originalmente ocupadas por florestas, que até então tinham reduzido ou nenhum valor;  
— expulsaram os índios para a margem de terras colonizadas e colaboraram no seu extermínio;  
— principalmente, porém, os imigrantes alemães, na qualidade de pequenos proprietários, vieram sedimentar de maneira definitiva o regime de grande propriedade privada da terra<sup>7</sup>.

Deste modo, consciente ou inconscientemente, forçados pela penúria, miséria e desespero em que se encontravam, os imigrantes alemães ajudaram a sacramentar a base principal para uma injusta distribuição da riqueza, mal crônico que têm devorado milhões de vidas humanas até os nossos dias e que é capaz de produzir um contingente inimaginável de indigentes.

Seria injusto, no entanto, considerar os imigrantes alemães gente passiva, que jamais tenha procurado fugir ao isolamento imposto. Já em 1842, os habitantes de São Leopoldo tinham manifestado o desejo ardente de assumir a cidadania brasileira. Especialmente desde a imigração de elementos que tinham passado pela experiência das revoluções políticas de 1848, na Alemanha, tinha crescido consideravelmente o número de representantes da colônia alemã dispostos a atuar decisivamente na política e economia, embora muitos deles não o fizessem a partir de motivação evangélica — lembro aqui o exemplo de Karl von Koseritz em sua polêmica com Wilhelm Rotermund. Tradicionalmente, os imigrantes alemães eram pela monarquia e pelo Partido Liberal, no final do Império, partido do qual esperavam apoio em suas reivindicações por cidadania brasileira e separação entre Igreja e Estado. Quando, porém, nos primeiros anos de República, os liberais deixaram o poder, houve uma volta marcante ao isolamento político. Do caso mais exemplar para este retrocesso estamos comemorando este ano o centenário. De 1893 a 1895, durante a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, Gaspar Silveira Martins recebeu simpatia e apoio de descendentes alemães em sua insurreição contra Júlio de Castilhos. Com a derrota do movimento federalista e a conseqüente derrota dos descendentes de alemães, deu-se um corte profundo e duradouro na participação política destes últimos<sup>8</sup>.

Resumindo: aquelas e aqueles imigrantes que formaram comunidades luteranas no Brasil saíram de suas regiões de origem por falta de terra, falta de emprego. Em outras palavras, saíram de lá em conseqüência de uma distribuição desigual e injusta da riqueza. Elas e eles vieram ao Brasil para quê? Para servir de defesa a um sistema baseado na grande propriedade, para possibilitar a manutenção de uma distribuição desigual e injusta da riqueza. Já no Brasil, por diversas circunstâncias ligadas à sua história política aqui, os luteranos e as luteranas acabaram, em geral, isolando-se e deixando de denunciar a injustiça na economia e na sociedade, da qual eram simultaneamente culpados e vítimas. Deixaram de identificar, denunciar e combater a ganância. Em evidente contradição, as comunidades por eles e por elas fundadas ignoraram as exigências de denúncia profética e busca da

justiça presentes no evangelho, tão claramente reafirmadas em sua tradição de espiritualidade e teologia, pelo menos no que se refere à obra de Lutero.

Neste ponto, gostaríamos de substituir a palavra “implicação”, presente no título deste artigo, pela palavra “impulso”. A reflexão do intérprete da Bíblia Lutero acerca da íntima relação entre teologia e economia e acerca dos condicionamentos do viver as exigências do evangelho sobre o empreender econômico representa um impulso para que as comunidades luteranas comecem a romper seu isolamento. Ou, então, se já iniciaram este processo, que intensifiquem-no mais ainda.

Não há dúvida de que se trata de uma tarefa extremamente complexa. Por isso, também o método da reflexão e da prática do Reformador pode resultar num precioso auxílio. Assim, as comunidades deveriam esmerar-se na análise da realidade em que vivem, fazendo uso do instrumental oferecido pelas ciências sociais. Com os olhos na realidade, a partir daí, as comunidades deveriam promover em seu meio uma leitura e interpretação da Bíblia que ponham em evidência as exigências do evangelho aos que vivem nessa realidade e se comprometem a assumir tais exigências. Por fim, as comunidades, amparadas pela análise da realidade e pela interpretação contextual do texto bíblico por elas realizadas, partem para a ação concreta. Esta ação principia na denúncia, no clamor contra a injustiça praticada na economia e se desdobra na proposição e materialização de alternativas concretas lá mesmo, no lugar imediato, onde a comunidade se encontra.

#### **IV — Crítica Econômica, “Progresso” Material e Escatologia**

Há quem considere duvidosa a tentativa de resgatar impulsos do pensamento econômico de Lutero para a reflexão e a prática de nossas comunidades hoje. Diversos representantes tanto da pesquisa em história da economia como da pesquisa em história da Igreja e da teologia consideraram Lutero, a partir de seu pensamento econômico, como antiquado e reacionário. Consideraram-no como alguém que, por sua influência pessoal, queria ilusoriamente conter o irresistível avanço de uma economia de traços capitalistas. Em suma, Lutero seria alguém da Idade Média, que queria perpetuar as estruturas econômicas nos moldes dessa Idade Média. Os resultados da investigação da idéia de “ganância” em Lutero tendem a mostrar, no entanto, que tal juízo fundado sobre a fé irrestrita no progresso material, característica do século XIX, precisa ser relativizado. Lutero, como intérprete da Escritura, confrontou-se com os problemas de sua época, a fim de denunciar e combater a injustiça. Deste modo, queria uma melhora das condições de vida e não estava preocupado com o fato de estar, através de sua prática, barrando ou não um desenvolvimento econômico pré-capitalista. Também não levava em conta se a fundamentação teórica para sua prática era reacionária ou não.

Sua opinião, profundamente realista — de modo algum cética ou negativista —, de que o mundo estava acabando não precisa ser necessariamente tachada de medieval. Especialmente hoje esta opinião de Lutero tem extrema atualidade — hoje, quando nos sentimos cada vez mais desafiados a abandonar o projeto de um mundo “moderno”, caracterizado pelo consumo irrestrito, e nos vemos obrigados a substituí-lo pelo modesto projeto de pelo menos deixar um pouco deste mundo de Deus para os que vêm depois de nós.

## Notas

- 1 Base deste artigo é o texto de nossa preleção inaugural na Escola Superior de Teologia da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, em São Leopoldo, proferida no dia 28/4/1993. Gostaríamos de agradecer a todas as pessoas que, por meio de suas reações à preleção, contribuíram para a elaboração do presente trabalho.
- 2 Paulo SUESS, coord., *A conquista espiritual da América Espanhola: 200 documentos — século XVI*, Petrópolis, Vozes, 1992, pp. 79-83. Cf. também Hans-Jürgen PRIEN, *La historia del cristianismo en America Latina*, Salamanca, Sígueme; São Leopoldo, Sinodal, 1985, p. 72.
- 3 Referimo-nos aos seguintes textos de Lutero: [Grosser] Sermon von dem Wucher, in: *D. Martin Luthers Werke: kritische Gesamtausgabe* (WA), Weimar, 1888, vol. 6, pp. 36-60; Von Kaufshandlung und Wucher, in: WA 15, 294-322; An die Pfarrherrn, wider den Wucher zu predigen, in: WA 51, 331-424. Há trabalhos relevantes, elaborados por teólogos atuantes no contexto brasileiro, que chamam a atenção para o pensamento econômico do Reformador e partem especialmente dos escritos contra a usura em sua análise. Cf. Joachim FISCHER, Lutero e o capitalismo incipiente, in: *Reflexões em torno de Lutero (Estudos teológicos)*, São Leopoldo, 21[suplem.]: 88-111, 1981; Walter ALTMANN, *Confrontación y liberación; una perspectiva latinoamericana sobre Martín Lutero*, Buenos Aires, 1987, pp. 165-181; Vítor WESTHELLE, O desencontro entre a teologia luterana e a teologia da libertação, *Estudos teológicos*, São Leopoldo, 26(1):37-58, 1986.
- 4 O conteúdo deste segundo capítulo baseia-se especialmente em resultados de um trabalho mais amplo do autor sobre o pensamento econômico de Lutero: “*Habsucht*” bei Martin Luther; ökonomisches und theologisches Denken, Tradition und soziale Wirklichkeit im Zeitalter der Reformation (“Ganância” em Martinho Lutero; pensamento econômico e teológico, tradição e realidade social na era da Reforma), Universidade de Leipzig, 1992 (tese de doutorado não-publicada).
- 5 No idioma alemão atual, *geytz* em sua amplitude também precisa ser traduzido com o uso de dois termos distintos: com *Geiz* (*Behalten-Wollen*; avareza) ele distingue “querer reter, manter para si” de *Habsucht* (*Mehr-Haben-Wollen*; ganância), que por sua vez significa “querer ter mais”.
- 6 Cf., por exemplo, as seguintes citações (o conteúdo expresso entre colchetes é do autor): “Esta obra [relativa ao 7º Mandamento] é ensinada pela fé em si mesma, pois quando o coração conta com o favor divino e nele se fia, como poderia ser avaro [*geytzig*] e preocupado? Ele terá, sem dúvida, certeza de que Deus cuida dele. Por isso não se apega a dinheiro algum, faz uso deste com alegre caridade em benefício do próximo e sabe muito bem que terá o suficiente, por mais que der aos outros. Pois seu Deus, em quem confia, não lhe mentará nem o abandonará, conforme se encontra em Sl 36[37].25: ‘Fui jovem e fiquei velho, mas jamais vi que uma pessoa crente, que confia em Deus (isto é, um justo),

fosse abandonada ou que seu filho fosse atrás de pão.' Por isso o pecado que o apóstolo chama de idolatria não é nenhum outro senão o da avareza [geytz] [Cl 3.5], que revela da forma mais crassa que não confia em Deus, esperando mais benefícios do seu dinheiro do que de Deus. Através de tal confiança Deus é verdadeiramente honrado ou desonrado, conforme foi dito [na explicação do 1º Mandamento]. Na verdade, neste mandamento se pode perceber o mais claramente como todas as boas obras precisam acontecer e realizar-se na fé. Pois neste ponto cada qual sente com toda a certeza que a causa da cobiça [geytz] é a desconfiança, ao passo que a causa da caridade é a fé." (Das Boas Obras — 1520 [explicação do 7º Mandamento], in: M. LUTERO, *Obras selecionadas*, vol. 2, p. 166.)

"Há muito quem pensa que tem Deus e o bastante de tudo quando possui dinheiro e bens. Tão inabalável e confiadamente deles se fia e jacta, que ninguém lhe vale coisa nenhuma. Eis que tal homem também tem um deus, Mâmon de nome, isto é, dinheiro e bens, em que põe o coração todo. Esse aliás é o ídolo mais comum na terra. Quem possui dinheiro e bens sabe-se em segurança, e é alegre e destemido como se estivesse assentado no meio do paraíso. Por outro lado, quem nada possui, duvida e desespera, como se de nenhum Deus tivesse notícia. Pois a gente vai encontrar bem poucas pessoas que estejam de bom ânimo e não se lastimem nem se queixem quando não têm Mâmon. Isto se gruda e adere à natureza até a sepultura." (Catecismo Maior — 1529: 1ª parte: dos Mandamentos [1º Mandamento], 5-9, in: *Livro de concórdia*, p. 395.)

"Na verdade, odiar a Deus significa odiar sua palavra. Isso ocorre do seguinte modo: se se adverte uma pessoa por causa de incredulidade e ganância e põe diante dela o 1º Mandamento: 'não terás outros deuses', isto é, não inclinarás teu coração, anseio e amor a ninguém, a não ser a mim, ela não quer ouvir ou admitir tal repreensão; passa, em contrapartida, a acumular e se enlouquece tanto, até ter o coração amargado por ódio venenoso contra a Palavra e seus pregadores. Por isso há também uma ameaça no texto dos Dez Mandamentos: sou um Deus ciumento, que busca o pecado dos pais nos filhos daqueles que me odeiam (...). [Êx 20.5.] Com isso, ele se refere aos próprios gananciosos e cultuadores de Mâmon, tal como o faz a Escritura chamando a ganância de idolatria e culto a Mâmon [Co 3.5 e Ef 5.5]. Eles, porém — como já foi dito —, querem ter a fama de grandes santos, inimigos da idolatria e hereges, negando o ódio que nutrem contra Deus. Contudo, serão forçados a mostrar que não podem ouvir e ver a palavra de Deus, quando esta ataca sua ganância. Querem simplesmente permanecer impunes. Quanto mais são advertidos e ameaçados, tanto mais eles riem, desprezam e fazem o que bem entendem contra Deus e cada um." (Das fünfte, sechste und siebente Kapitel Matthaei gepredigt... [aqui Mt 6.24] — 1530-1532, in: WA 32, 456, 18-34.)

"Cristo não fala aqui desta preocupação [em função do próximo e da coletividade], pois é uma preocupação ligada à função que se tem e deve ser amplamente diferenciada da ganância. Ela não se preocupa em interesse próprio, mas em interesse do próximo, não busca suas coisas, mas até mesmo as deixa de lado, desprende-se delas e serve ao outro. Esta é uma preocupação do amor, divina e cristã. Não é do egoísmo e tampouco de Mâmon, que são ambos contra a fé e o amor e impedem, eles próprios, a preocupação ligada à função de cada um. Pois quem ama o dinheiro e anseia em proveito próprio, este não vai se importar muito com o próximo, seja a partir de sua pessoa, seja a partir da função que ocupa na sociedade." (Ibid., in: WA 32, 459, 21-30.)

"Por isso, um ganancioso não é cristão, mesmo que tenha sido batizado. Ele certamente perdeu a Cristo e se converteu em gentio. Pois ambas as coisas não se suportam mutuamente: ser ganancioso e solícito, de um lado, e crer, de outro. Uma precisa devorar a outra." (Ibid. [aqui Mt 6.28], in: WA 32, 465, 19-23.)

- 7 Cf. Martin N. DREHER, *Igreja e germanidade*; estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, São Leopoldo, Sinodal; Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984, pp. 21-28; Osmar L. WITT, *Igreja na migração e colonização*; a pregação

itinerante no Sínodo Riograndense, São Leopoldo, IEPG — Escola Superior de Teologia, 1992 (dissertação de mestrado não-publicada), pp. 13-29.

8 Cf. DREHER, op. cit., pp. 39-43, e Sandra J. PESAVENTO, *História do Rio Grande do Sul*, 4. ed., Porto Alegre, 1985, pp. 78s.

Ricardo W. Rieth  
Escola Superior de Teologia  
Caixa Postal 14  
93001-970 São Leopoldo — RS